

HISTÓRIA & UTOPIAS



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

***Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História***

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA

*a trajetória de um abolicionista no Rio de Janeiro*¹

Humberto Fernandes Machado
Universidade Federal Fluminense

A República era apresentada, no final do século XIX, como um dos símbolos da “modernização” do Brasil, vinculada às idéias de “civilização” e “progresso”. Assim, nada mais natural que uma parcela expressiva dos abolicionistas da cidade do Rio de Janeiro se identificasse com a propaganda republicana. No entanto, as atitudes tímidas dos seus defensores, no que concerne ao cativo, ensejaram reações por parte dos militantes antiescravistas, entre os quais o jornalista José do Patrocínio (1853-1905) que, apesar de opositor contumaz do regime monárquico, sempre priorizou nos seus escritos a campanha contra a escravidão.

José Carlos do Patrocínio nasceu em Campos, na Província do Rio de Janeiro, da união do pároco João Carlos Monteiro, grande fazendeiro local, e de uma jovem negra, Justina Maria do Espírito Santo. Durante a sua infância habitava a propriedade paterna, tendo uma educação sob critérios similares aos aplicados aos filhos dos grandes proprietários no Brasil, o que não o impediu de confessar, através de uma autobiografia: “sou filho de uma pobre quitandeira”. E, ainda: “do vigário de Campos que não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era meu pai”.²

Ele se estabeleceu na Corte, em 1868, trabalhando “como quase servente” na farmácia da Santa Casa de Misericórdia. Com o “auxílio de amigos protetores” conseguiu estudar, o que lhe possibilitou o ingresso no Curso de

- 1 Este texto integra a minha Tese de Doutorado, intitulada *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro. 1880/1888*, defendida junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, em 1991.
- 2 A autobiografia foi publicada na *Gazeta da Tarde*, em 29 de maio de 1884, sendo utilizada pelos biógrafos do jornalista, como por exemplo: Raimundo Magalhães Jr., *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, 1969; Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879/1888)*, 2ª ed., Brasília, 1986; Osvaldo Orico, *O Tigre da Abolição*, Rio de Janeiro, 1953.

Farmácia, de onde saiu diplomado no ano de 1874. Jamais, contudo, exerceu a profissão, sobrevivendo como professor de “primeiras letras” a alunos particulares. “Fui sempre trabalhador, mas sempre ativo”.³

Cabe salientar que, como estudante, colaborou em jornais acadêmicos, escrevendo versos de caráter abolicionista e republicano. Em 1871, publicou no jornal *A República* um poema glorificando a figura de Tiradentes.⁴ Nestes primeiros escritos, ele já demonstrava uma preocupação com o desenvolvimento de uma consciência popular contra a escravidão.

O envolvimento com a propaganda republicana teve início por ocasião da participação nas frequentes reuniões do Clube Abolicionista e Republicano de São Cristóvão, bem como na casa de um dos seus líderes, o Capitão Emiliano Rosa de Senna, seu futuro sogro. Foi assim que Patrocínio ampliou o seu círculo de amizades e o espaço que lhe abriu, de uma forma definitiva, as portas do jornalismo da Corte, inicialmente, como conferente de revisão do jornal liberal *A Reforma*.⁵

Patrocínio ingressou, em 1877, na *Gazeta de Notícias*, exercendo a chefia da redação e sendo responsável pela coluna “Semana Política”, utilizando o pseudônimo de Proudhomme. Provavelmente, foi influenciado por Pierre-Joseph Proudhon, utilizando um “slogan” semelhante ao popularizado pelo publicista: “A escravidão é um roubo. Todo dono de escravo é um ladrão” (Proudhon afirmava que a propriedade é um roubo).⁶ Em 1881, rompeu com a direção do jornal em virtude da sua atuação mais contundente em relação ao movimento abolicionista.

No começo do ano de 1880, Patrocínio participou da “Revolta do Vintém”, reação popular, ocorrida no Rio de Janeiro, contra uma taxa, criada pelo governo, que recaía sobre o transporte urbano, repassada para o usuário.⁷ A

3 *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

4 22 de abril de 1871. Magalhães Jr. *op. cit.*, pp. 20-1.

5 Fundado em 1869, foi um dos primeiros jornais antiescravistas da cidade do Rio de Janeiro, sendo superado por outros periódicos mais atuantes em meados da década de 1870. Magalhães Jr. *op. cit.*, p. 28.

6 Cf. Magalhães Jr., *op. cit.*, p. 42. Orico, *op. cit.*, p. 70. Sobre o pensador francês ver: Paulo-Edgar A. Resende e Edson Passetti, orgs., *Pierre-Joseph Proudhon*, Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, 1986. Pierre Joseph Proudhon, *O que é a Propriedade?* [1840], São Paulo, 1988. Neste texto o autor faz uma analogia entre a escravidão e a propriedade: “O que é escravidão? (...) É o assassinato”, mais adiante, comparando-a com a propriedade: “O que é a propriedade? (...) É o roubo (...)”, p. 15.

7 Cf. Sandra Lauderdale Graham, “O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro em 1880”, *Revista Brasileira de História*, 20, março/agosto de 1990, p. 211-32. Magalhães Jr., *op. cit.*, p.83-4. Um vintém valia vinte réis.

importância do movimento se relaciona com a atuação dos militantes antiescravistas da cidade, privilegiando, a partir daquele acontecimento, um público mais engajado, através das passeatas, palestras, conferências, comícios, além de uma imprensa cada vez mais atuante. O abolicionismo ganhou as ruas, tornando-se um reflexo, entre outras coisas, da insatisfação da população da Corte.⁸

O jornalista, a partir daquele momento, freqüentou, mais assiduamente, as reuniões do Clube Republicano de São Cristóvão. A partir de 15 de agosto de 1881, iniciou-se, o que ele denominou, a “terceira fase de minha vida”, período auspicioso no campo pessoal, em virtude do seu casamento, e profissional pois, com os recursos colocados à sua disposição pelo sogro, adquiriu parte da sociedade e depois a propriedade da *Gazeta da Tarde* que tinha acabado de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.⁹

Patrocínio, durante o ano de 1886, participou de duas eleições. A primeira foi realizada, em janeiro, para o preenchimento das vagas para a Câmara dos Deputados, após sua dissolução, efetuada no final do ano anterior durante o governo do Barão de Cotegipe. Concorreu, pelo Município Neutro, sob os auspícios do Partido Republicano com o apoio da Confederação Abolicionista. No seu manifesto, intitulando-se representante da “grande obra de reconstrução social”, reafirmou as suas convicções republicanas e anti-monarquistas, embora enfatizando o seu caráter abolicionista.

*Republicano desde os primeiros dias da lucidez do meu raciocínio, em toda parte a que pode chegar uma palavra minha, na imprensa como na tribuna popular, protestei sempre contra o sistema que nos enfraquece e desnatura os sentimentos e o caráter, que nos deforma e brutaliza os atos e as aspirações: a monarquia constitucional (...) Pedindo os vossos sufrágios, srs. eleitores, para aventurar-me à luta sem tréguas contra a monarquia e a escravidão.*¹⁰

As eleições constituíram-se em uma grande derrota para os abolicionistas, inclusive Patrocínio, pois o Gabinete Cotegipe utilizou todos os mecanismos da máquina governamental para preservar a maioria conservadora. O jornalista comentou, na *Gazeta da Tarde*, o resultado do escrutínio que

8 *Gazeta de Notícias*, 10 de janeiro de 1880. Rebecca Bergstresser, *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, 1880-1889*, Tese de Doutorado, mimeo, Stanford, 1973, pp. 35-48, 101-2 e 189-92.

9 *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

10 *Gazeta da Tarde*, 5 de janeiro de 1886.

expressava, segundo as suas palavras, a força de um governo baseado “na coerção política”.¹¹

Apesar de derrotado, tentou, novamente, a carreira política conseguindo uma cadeira de vereador na Câmara Municipal da Corte, após uma campanha que tinha como plataforma básica a eliminação do trabalho escravo da cidade do Rio de Janeiro. A *Gazeta da Tarde* estimou que o último comício de Patrocínio, realizado no Teatro Politeama, patrocinado pela Confederação Abolicionista e com a presença de Joaquim Nabuco, tinha duas mil pessoas.¹²

Patrocínio não se destacou como legislador municipal em virtude de seu envolvimento com a luta antiescravista. Durante o seu mandato na Câmara de Vereadores, apresentou uma moção da Confederação Abolicionista visando acelerar o processo de libertação dos sete mil escravos do Município Neutro, sede da Corte.

*O povo fluminense, representado por essa Assembléia, dirige-se aos seus imediatos representantes na municipalidade, solicitando-lhes que sejam nomeadas comissões paroquiais que de acordo com a Confederação Abolicionista levem a efeito a obra já encetada da libertação desta capital.*¹³

Em virtude de problemas financeiros, Patrocínio associou-se, em meados de 1886, a um comerciante, Luís Ferreira de Moura Brito. Ao lado do título do jornal *A Gazeta da Tarde*, observamos a referência à sociedade: Patrocínio e Brito, a qual se manteve até setembro de 1887, quando o abolicionista vendeu a sua parte.¹⁴ Logo depois, no final de setembro de 1887, Patrocínio fundou o *Cidade do Rio*, no qual participou das celebrações pela vitória do movimento abolicionista.

A bandeira do abolicionismo norteou a atuação de Patrocínio, sendo o principal instrumento utilizado para criticar os oponentes da campanha antiescravista. Os “donos do poder” eram sistematicamente alvejados pela pena do jornalista. Sem distinção, atingia os membros do Parlamento, os ministros, os componentes da família imperial, especialmente o Imperador Pedro II e a Regente Princesa Isabel, assim como antigos companheiros que discordavam dos seus pontos de vista. Esta era a sua característica. Nas suas “advertências” ao Imperador, Patrocínio enfatizava que a monarquia somente se sustentava “na apatia do povo desfibrado, povo de proletários apáticos”.¹⁵

11 *Gazeta da Tarde*, 16 janeiro de 1886.

12 *Gazeta da Tarde*, 30 de junho de 1886

13 *Gazeta da Tarde*, 25 de abril de 1887.

14 *Gazeta da Tarde*, 1 de setembro de 1887.

15 *Gazeta da Tarde*, 19 de setembro de 1885.

Em outro texto, destacou a ausência de escrúpulos do governo que “protege assassinos” e se “(...) hipotecou ao interesse de uma instituição que é a nossa vergonha perante o mundo”.¹⁶ As matérias dos seus jornais buscavam acentuar a omissão do monarca e dos diversos gabinetes em relação à “questão servil”. Campanhas virulentas que, muitas vezes, partiam para o campo pessoal.

Nos seus escritos da *Gazeta da Tarde*, não dispensava nenhuma oportunidade na qual pudesse abalar a imagem do Imperador. Nas comemorações pelo centenário da morte do Marquês de Pombal, em 1882, o monarca foi criticado, por Patrocínio, em virtude de ter ficado em Petrópolis, ausentando-se da Corte:

O inviolável bisneto de Maria maluca preferiu ficar em Petrópolis, aspirando o incenso e ouvindo as cantilenas devotas do mês de Maria encenado e orquestrado à custa da lista civil da sereníssima princesa imperial.

A memória do Marquês causa ao espírito de sua Majestade terror beato das lendas dos demônios medievos, que se metiam pelos organismos como uma injeção hipodérmica de labaredas infernais(...)

*Em síntese: o Marquês de Pombal, cruel embora, tentou construir; sua Majestade, manso e pachorrento, tenta destruir. Eis a diferença entre o cantador do mês de Maria e o ilustre estadista português.*¹⁷

A cidade de Petrópolis, próxima à Corte, com seu clima ameno servia de refúgio para a família imperial durante o verão abrasador do Rio de Janeiro. O imperador Pedro II e a Princesa Isabel, descendentes de D. Maria I, considerada “louca” e responsável pelo afastamento do ministro de D. José I, freqüentavam, de uma forma assídua, as cerimônias religiosas realizadas naquela cidade serrana. Patrocínio, declaradamente anticlerical, aproveitava o episódio para vinculá-lo à omissão do governo em relação às comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal. Este representava para uma corrente da intelectualidade brasileira, principalmente aquela envolvida com o abolicionismo e a propaganda republicana, um “precursor do liberalismo”, em Portugal.¹⁸

16 *Gazeta da Tarde*, 5 de fevereiro de 1887.

17 *Gazeta da Tarde*, 8 de maio de 1882.

18 Sobre este assunto ver: Francisco José Calazans Falcon, *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, São Paulo, 1982, pp. 218-20.

A nau de estabilidade do reinado de Pedro II era abalada, entre outros motivos, pela atuação da imprensa abolicionista, principalmente pelos torpedos disparados pelos periódicos de Patrocínio. A calma era apenas aparente, sendo garantida pelos escravos na medida em que empunhavam os remos sustentando aqueles que, no convés, se recusavam a ver o fim próximo do cativo. O jornalista solicitava ao Imperador que pensasse na morte, no fim, “(...) para que humanitariamente o governo pudesse fazer algo pela miséria, pela escravidão (...)”. Terminou este artigo pedindo para que “(...) todos esqueçam sua Majestade, mas antes amaldiçoem-no”.¹⁹

As palavras fortes, cheias de amargura contra o Imperador, demonstram a sua insatisfação pelas medidas protetórias sobre a abolição do trabalho escravo. Enfatizava que o monarca era o único capaz de extinguir a escravidão: “(...) neste desgraçado país, é somente Vossa Majestade quem tudo pode e quem tudo faz (...)”. Assim, buscava comovê-lo, sem, entretanto, deixar de questioná-lo fortemente: “(...) Senhor, acabai o vosso reinado com um grande ato. Sede brasileiro um dia só, fazendo a única política possível atualmente: a da emancipação”.²⁰

Os privilégios, concedidos pelo Estado, de uma maneira geral, beneficiam aqueles diretamente ligados à estrutura de poder. A história das concorrências, com cartas marcadas, sempre serviram de manchetes para as páginas dos jornais, pelo menos daqueles que não possuem vinculações com o governo. A *Gazeta da Tarde*, em um editorial escrito por Patrocínio, se opôs às concessões dadas para a construção de “Carris de Ferro” (bondes) nos atuais bairros de Copacabana e Lagoa, da cidade do Rio de Janeiro, a membros da família imperial. O propagandista, mais uma vez, ironizou o Imperador, “dando-lhe razão”, pois, “(...) Não é justo que tratando todos os seus ministros da comodidade da sua família, sua Majestade não trate da comodidade da sua (...). O dinheiro público é para isso mesmo (...)”.²¹

O tom violento de suas palavras cedia lugar à conciliação quando ele vislumbrava uma oportunidade de colocar seus planos em execução. Na Fala do Trono que abriu a Seção da Assembléia Geral, em 1885, D. Pedro II apelou para a Câmara no sentido de que a “questão servil” fosse encaminhada de acordo com os “interesses” da sociedade. Patrocínio elogiou a atitude do monarca que

*compreendeu que lutar contra a propaganda abolicionista
seria o mesmo que proclamar a guerra civil, sacrificar essa paz*

19 *Gazeta da Tarde*, 22 de maio de 1882.

20 *Gazeta da Tarde*, 3 de julho de 1882.

21 *Gazeta da Tarde*, 12 de março de 1883.

*longânime que tem sido o melhor título de seu reinado. Folgamos em declarar que estamos de perfeito acordo com Sua Majestade.*²²

Relacionamos a mudanças da sua atitude, em relação ao Imperador, com os debates sobre o Projeto Souza Dantas. Contudo, os obstáculos para a sua aprovação provocaram, em contrapartida, reações por parte de Patrocínio. Em novos editoriais, ele o alertava para que fosse “patriota, como sempre tem sido”, vestindo-se com a “bandeira da abolição”, repelindo os “abutres” que se nutriam “do fígado do Prometeu secular - o escravo”.²³ Logo, os ataques do jornalista não visavam, simplesmente, a figura do Imperador, mas o que ele sustentava, - a instituição escravista. O seu oportunismo ficava claro nos escritos, pois, quando considerava que havia possibilidade de um avanço na solução da “questão servil”, mesmo partindo do supremo mandatário, mudava o tom dos seus textos. Da agressividade passava para os elogios ou vice-versa.

Com a derrota do Projeto Souza Dantas, Patrocínio assumiu uma postura questionadora em relação ao Gabinete Saraiva e depois ao Barão de Cotegipe devido às mudanças ocorridas no encaminhamento da “questão servil” com a aprovação da chamada “Lei dos Sexagenários”. O Imperador não foi poupado.²⁴ O editorial da *Gazeta da Tarde* responsabilizou o Imperador pelas “lágrimas” e pelo “sangue” dos escravos e dos abolicionistas. As suas palavras assumiam um tom dramático.

*a única esperança dos que sofrem, que na hora extrema a última visão de Sua Majestade seja um escravo com as costas retalhadas, as chagas escorrendo sangue apodrecido, e que expirando também, o acompanhe para servir de testemunha do seu julgamento perante o tribunal, que não se corrompe com o dinheiro de fazendeiros, nem com empenhos de cortesãos.*²⁵

Por todos os flancos a instituição escravista era atacada pelos jornais de Patrocínio. Os suicídios, fugas e assassinatos de escravos tinham, para o propagandista, a cumplicidade do monarca. Somente os senhores de escravos, para ele, garantiam o trono, ameaçado pela crise dinástica. As idas do Imperador para Petrópolis eram relacionadas com fugas para não ouvir as imprecações a sua pessoa. Maldosamente, o jornalista concluía, de uma forma hilariante: “Petrópolis é um bem público (...) O que eu sinto é que essa

22 *Gazeta da Tarde*, 8 de março de 1885.

23 *Gazeta da Tarde*, 18 de abril de 1885.

24 *Gazeta da Tarde*, 2 de outubro de 1885.

25 2 de outubro de 1885.

abençoada terra não queira se honrar guardando para sempre em seu seio o grande rei”.²⁶

Entretanto, quando pressentiu a possibilidade de “solução” para a “questão servil”, através do governo, mudou o tom do discurso, aprovando, através de sua pena, os atos da monarquia e, em especial da Princesa Isabel. Após a abolição, Patrocínio mudou o seu comportamento, exprimindo, através dos editoriais do *Cidade do Rio*, uma atitude de “gratidão” em relação à Princesa Imperial. A “sereníssima carola”, que era, até então, criticada veementemente, passou a ocupar um lugar de destaque na imprensa do Rio de Janeiro. Assim, o abolicionista não fugiu à regra. Assumiu a defesa da “Redentora”, a qual se cercou de um “governo responsável”, segundo suas palavras, para estabelecer uma “pátria reabilitada”.²⁷

O abolicionista se envolveu em diversas polêmicas com os republicanos em virtude desta postura, apesar do reconhecimento do seu empenho no processo de desagregação da escravidão. “Oportunista”, “vendido” e outros adjetivos eram usados por seus adversários para macular a imagem daquele que se notabilizou na luta contra o escravismo. Oportunismo, ou não, na verdade o propagandista da abolição apresentava todo um discurso contrário aos membros do Partido Republicano, endossando a opinião de uma parcela marginalizada da sociedade que ocupava o espaço urbano da Corte.

A oposição aos defensores da República não se limitava a Patrocínio. A população mais humilde, incluindo os libertos, mulatos e brancos pobres, identificava a Princesa Isabel como a “heroína” e “defensora” dos oprimidos. As idéias republicanas não tinham grande penetração nos chamados “setores populares”, sendo que o próprio Imperador detinha grande prestígio entre os segmentos marginalizados.²⁸ Podemos exemplificar através da atuação da Guarda Negra, uma associação composta por libertos da cidade do Rio de Janeiro, que se propunha a defender a Princesa Isabel e a monarquia.²⁹

A existência de Patrocínio foi relativamente curta, entretanto vivida de uma forma intensa através da perseguição de um objetivo que pautou as suas ações; o fim do escravismo. O envolvimento com as idéias abolicionistas forneceu-lhe subsídios para assumir um papel de destaque no pequeno círculo aburguesado da Corte Imperial brasileira, no final do século XIX.

26 *Gazeta da Tarde*, 20, 21 de novembro e 12 de dezembro de 1885.

27 *Cidade do Rio*, 1 de junho de 1888.

28 José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, 1987.

29 Humberto F. Machado, “A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro”, *Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Porto Alegre, SBPH, 1993.

Indiscutivelmente, aproveitou as oportunidades que lhe surgiram na vida. Lutou com dificuldades, sabendo vencê-las através do esforço pessoal ou, então, conforme as suas palavras, com o “auxílio de amigos”, que foram sempre mencionados para justificar suas atitudes ou rebater acusações. Buscou, através dos textos, inseridos nos jornais, preservar os seus privilégios como elemento da elite intelectual da Corte, sem descuidar de um programa do qual não se afastou; a luta antiescravista. Esta, como vimos se sobrepunha ao questionamento da monarquia e a defesa dos princípios republicanos. As reformas preconizadas por José do Patrocínio, tais como a distribuição de terras para os libertos e o desenvolvimento da instrução pública independia da forma de governo. O fundamental para o abolicionista era a consolidação do projeto de modernização da “pátria livre” em oposição ao que ele denominava a “pátria escrava”.

Texto apresentado na sessão Exclusão, Poder e Controle Social no Brasil Urbano, 20/7/1993.